

Brasil Rumos do futuro

JORNAL DO BRASIL

Economia - Brasil

João Alberto Leite Barbosa

• 1 JUL 1983

O desenvolvimento foi alçado pela sociologia à categoria de **ideologia política**. Mais do que isto: parece ser a única ideologia política válida para os países economicamente dependentes ou em trânsito para a emancipação econômica. Sua promoção é, portanto, um processo civilizatório, isto é, um mecanismo por meio do qual se operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais.

O processo de desenvolvimento não pode ser fragmentário. O desenvolvimento é um processo **unitário**, isto é, tem que operar simultaneamente nos três campos da atividade econômica: das atividades primárias — agrícolas; das secundárias — industriais; e das terciárias — serviços. Tem que ser configurado um programa geoeconômico, para manter seu caráter unitário. Do contrário, não se fará uma nação desenvolvida, mas um arquipélago de ilhas de prosperidade e de pobreza. E estas serão sempre mais numerosas do que aquelas. E mais populosas.

O desenvolvimento das nações periféricas pode contar até com a simpatia humana dos países poderosos. Mas não pode contar, em termos absolutos, com a solidariedade de seus recursos. A própria moral econômica dos poderosos coloca os interesses acima dos sentimentos. Um país que trava a luta pelo desenvolvimento não deve magnificar a importância da ajuda externa. Deve, antes, adquirir a consciência de que pode e deve desenvolver-se com seus próprios recursos.

O subdesenvolvimento é caracterizado por falta de capitais para o aproveitamento do potencial de riqueza. Mas, a partir de certo nível de capacidade política, o problema da formação de capitais se converte numa questão de transformar a poupança virtual existente na coletividade em poupança efetiva e real. Isto é: a capacidade política cria capacidade econômica. Nenhuma sociedade apresenta problemas de desenvolvimento que não possa resolver com o pleno emprego racional de seus recursos: a mão-de-obra, o potencial energético, solo, subsolo etc. O desenvolvimento é, assim, uma tarefa da

própria nação que a ele aspira, e não das outras nações.

O aproveitamento do potencial econômico para a geração de recursos deve ser escalonado: antes de voltar-se para a poupança ociosa, o desenvolvimento deve valer-se da poupança existente, já atuante e produtiva, representada pelo esforço da empresa privada nacional — aliada natural e interessada direta no desenvolvimento que deve ser prestigiada, consolidada e chamada a engajar-se no planejamento global do enriquecimento do país. O empresário nacional tem que ser motivado a tornar-se o primeiro agente para a imaginação, a iniciativa e a efetivação de novos aproveitamentos do potencial de recursos ociosos nas diversas áreas.

Sendo o desenvolvimento uma tarefa da nação nele interessada, o **nacionalismo** há de ser seu instrumento, sua vigência e sua condicionante. Não há desenvolvimento sem nacionalismo. O nacionalismo é a vontade de um povo de fazer por sua própria conta o seu progresso. Será ingênuo esperar que os outros façam por nós aquilo que nós mesmos não nos dispomos a fazer. Nacionalismo não é xenofobia nem hostilidade contra o estrangeiro: é uma postura ontológica e existencial, pela qual recusamos a entregar aos outros o comando de nosso próprio destino econômico.

O nacionalismo consiste, pois, na mobilização, no comando e no aproveitamento dos potenciais de riqueza da nação. Uma nação jurídica e politicamente soberana pode ter a **propriedade**, mas não a **posse** de suas riquezas. É preciso associar o direito de propriedade ao exercício de posse. Ter a propriedade sem dela apropriar-se é uma inocuidade. Daí porque não há exemplo, neste século, de nenhuma nação que se tenha empenhado no desenvolvimento sem ao mesmo tempo promover a apropriação de suas fontes de riqueza.

A apropriação não implica sempre uma expropriação violenta, mas antes um processo gradualista, que deve abranger primeiro aquelas fontes de riqueza que ainda estão ociosas. Seu aproveitamento gera um

poder econômico da nação que acabará por tornar irresistível sua capacidade competitiva com outros detentores de fontes de riqueza dentro de sua área nacional, com a incorporação de novos estatutos jurídicos, tarifários etc., que dão outras aberturas, perspectivas e chances à versatilidade dos interesses nacionais, sem conflitos agudos.

O nacionalismo exige o aproveitamento não apenas dos recursos nacionais, mas também de seus agentes. O primeiro desses agentes é a empresa nacional, com seu **know-how** e seu aparelho de produção. O empresário nacional não pode ser tratado como um suspeito ao desenvolvimento da coletividade, da nação, mas como sócio natural. Seu primeiro sócio. O **gap** que às vezes, em casos excepcionais, se verifica entre o interesse da empresa privada nacional e o interesse do desenvolvimento do país, deve-se apenas à falta de uma política econômica que insira e coordene, como parte do planejamento global do desenvolvimento de cada setor da atividade privada.

PARA uma política de xenofobia, a empresa estrangeira é um inimigo. Para o nacionalismo, a empresa estrangeira é um competidor. A arma a usar contra o competidor não é a agressão. É a competição. E quem tem de competir com a empresa estrangeira é a empresa nacional. Daí porque o Estado tem o dever de fortalecer o empresário nacional, para o fim de uma competição que interessa a toda a coletividade.

O nacionalismo torna-se num instrumento tão evidente do desenvolvimento, isto é, na melhoria do nível econômico de toda a nação, que não há de ser por outra razão que suas conquistas motivam, fascina e exaltam a opinião popular em todos os países. Nem será por acaso que todos os governos dele se servem, nos países em desenvolvimento, alguns demagogicamente, outros com sinceridade, para mobilizar politicamente o povo e assegurar sua solidariedade.

João Alberto Leite Barbosa é jornalista e empresário.